

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 87.456.562/0001-22

COMPANHIA ABERTA

**Informações exigidas segundo os Artigos 133 da Lei 6404/76 e Artigo
9º. da Instrução CVM 481/2009**

Assembléia Geral Ordinária de 2016

ÍNDICE

Comentários da Administração (conforme item 10 do formulário de referência - Instrução CVM 480/2009)	Página 2
Proposta da destinação do Lucro Líquido do Exercício (conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/2009)	Página 17
Informações sobre candidatos a membros do Conselho de Administração (Conforme itens 12.6 a 12.10 formulário de referência - Instrução CVM 480)	Página 20
Informações sobre remuneração dos administradores (conforme item 13 do formulário de referência – Instrução CVM 480)	Página 23

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A. Participações
CNPJ n. 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

Companhia Aberta

Item 10 do Formulário de Referencia da Instrução CVM 480

**Comentários da Diretoria sobre a Situação Financeira da Companhia do
Exercício Social encerrado em 31/12/2015.
(Valores em Milhares de Reais)**

10. Comentários dos Diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O cenário macroeconômico de 2015 pontuou como destaques a consistente e orgânica recuperação da economia americana (2,4%) e a queda no ritmo de crescimento da atividade econômica da China com 6,9% - a menor dos últimos 25 anos. Quanto aos demais emergentes, a Índia deve apresentar um crescimento na ordem de 7% e a Rússia recessão de 3,7%. A Zona do Euro cresceu 1,6%.

O Brasil registrou o pior PIB da história do Plano Real, com retração de 3,8% em 2015, melhor apenas do que a Venezuela – PIB de -4,5% em 2015 – na América Latina. A expectativa desse continente é uma desaceleração de 0,4% no ano.

A economia doméstica se apresentou de uma maneira mais negativa do que a esperada. Desde a posse do segundo mandato a presidente enfrenta os reflexos das medidas populistas e eleitoreiras de outrora. Grandes manifestações contrárias e escândalos de corrupção foram destaques e seguem marcando o governo petista.

Nesse contexto de recessão e economia desaquecida o governo retirou totalmente os incentivos para alguns setores da economia, como IPI, liberou os preços administrados dos combustíveis e energia elétrica, gerando efeitos contrários a política de juros restritiva adotada para reduzir a inflação. O resultado dessas ações levou o IPCA a registrar 10,67% no ano – a maior em 13 anos, e a taxa de juros atingir 14,25% ao ano.

Tal conjuntura econômica e política deteriorou o risco país, levando o Brasil a perder o grau de investimento em duas das três principais agências de risco mundiais – S&P e Fitch. O câmbio por sua vez registrou depreciação de 47% no ano, partindo de R\$ 2,66 para R\$ 3,90 ao final do período.

Mais uma vez não houve quaisquer evoluções em temas cruciais como reforma tributária, política e desenvolvimento de infraestrutura no país, havendo ainda sensível piora nas condições de financiamento de investimento oferecidas pelo BNDES.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2015 apresentou uma produção de 12,4 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,6 milhões de toneladas. A produção de arroz no Brasil foi 2,5% maior em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 5.526 Kg/ha, pouco superior do que a da safra anterior, que havia sido de 5.108 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2015 foi de R\$ 36,23 contra R\$ 35,48 no exercício de 2014. Diante do nível de preços praticados, de pressões inflacionárias e dos impactos negativos na renda da população a JOSAPAR vem mantendo seu volume de vendas, com destaque neste exercício para as exportações e o segmento de insumos agrícolas. A performance das vendas é fruto da eficiência e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2015 e 2014:

	2015 (R\$ Mil)	2014 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.174.074	1.160.168	13.906
Vendas Líquidas	1.056.831	1.028.233	28.598
Lucro Bruto	347.509	316.176	31.333
% LB s/VL	32,9%	30,7%	2,2 p.p.
Ebitda	103.146	88.305	14.841
% Ebitda s/VL	9,8%	8,6%	1,2 p.p.
Lucro Líquido	24.176	20.530	3.646
% LL s/VL	2,3%	2,0%	0,3 p.p.
Dividendos	6.890	5.851	1.039

A margem bruta da Companhia foi de 32,9% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 348 milhões), R\$ 31,3 milhões superior ao exercício de 2014. A amplitude no nível de preços da principal matéria prima da Companhia atenuou os efeitos da inflação sobre os custos, da concentração do varejo e do aumento de

competitividade do setor no Brasil. Tais fatores influenciaram diretamente nas margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 485 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 36,7 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 99,4 milhões, contra R\$ 90,2 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Os ganhos de escala, diluição das despesas, e o melhor desempenho da controlada Real Empreendimentos, colaboraram para um resultado operacional que atenuou o crescimento das despesas financeiras, impactadas diretamente pelo crescimento da taxa Selic no ano, na ordem de 24% (Selic média de 13,6% em 2015 contra 11% no ano anterior). Tais fatores resultaram no crescimento do lucro líquido do exercício, de R\$ 24,2 milhões (R\$ 2,285 mil pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 20,6 milhões (R\$ 1,940 mil pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2015

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	7.187	7.655	7.242	7.740
Crédito Rural-EGF	17.019	41.072	17.019	41.072
Crédito Rural – recursos livres	37.402	-	37.402	-
Capital de giro	388.730	245.140	388.730	245.140
Arrendamento mercantil	-	7	467	30
Total	450.338	293.874	450.860	293.982
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	446	297	446	297
Capital de Giro-FINIMP	5.952	5.442	5.952	5.442
Total	6.398	5.739	6.398	5.739
TOTAL CIRCULANTE	456.736	299.613	457.258	299.721
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	31.645	21.279	31.645	21.279
Capital de giro	234.614	335.410	234.614	335.465
Crédito Rural – recursos livres	18.916	-	18.916	-
Arrendamento mercantil	-	-	300	-
Total	285.175	356.689	285.475	356.744
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	1.376	1.483	1.376	1.483
Total	1.376	1.483	1.376	1.483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	286.551	358.172	286.851	358.227
Vencimentos de longo prazo	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
2016	-	242.565	-	242.620
2017	201.994	76.044	202.294	76.044
2018	54.785	24.149	54.785	24.149
2019	11.904	9.491	11.904	9.491
2020	4.089	2.111	4.089	2.111
2021	3.936	2.047	3.936	2.047
2022	2.703	1.021	2.703	1.021
2023	2.147	736	2.147	736
2024	1.669	8	1.669	8
2025	1.662	-	1.662	-
2026	1.662	-	1.662	-
Total	286.551	358.172	286.851	358.227

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,92% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,46% a.a
Crédito Rural – recursos obrigatórios	Pré-fixado	10,50% a.a
Crédito Rural – recursos livres	Pré-fixado	12% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,10% a.a.
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	5,32% a.a
Capital de Giro	CDI	1,77% a.a

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro, são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural – recursos obrigatórios - são contratados a taxa pré-fixada de 10,50%a.a., linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxa pré-fixada de 12%a.a. e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$1.524 aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2015 com 2014 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes, Estoques e Adiantamento a fornecedores, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de terceiros seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa. Também se observa a redução de prazo no endividamento financeiro da Companhia, fruto das piores condições de prazo e custo ofertadas pelo sistema financeiro.

10.2 Os diretores devem comentar sobre:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2015
Arroz Branco	54%
Arroz Parboilizado	12%
Produtos valor agregado	9%
Feijão	3%
Adubo	13%
Imóveis	3%
Demais Produtos	6%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,174 bilhão em 2015 contra R\$ 1,160 milhões em 2014) é atribuído a composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

10.3 Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a

descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 57 dias.

- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão ajustados ao valor justo.

Imobilizado, intangível e diferido:

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

Leasing e arrendamentos mercantil: A Companhia possui contratos de arrendamento classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demais passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

Imposto de Renda e contribuição social: Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2015 em R\$ mil:

Risco: alto do CDI

CDI Dez/2015: 14,25% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 14,25% CDI aa	> 25% 17,81% CDI aa	> 50% 21,38% CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2015	R\$230.320	diversos	CDI	diversos	R\$269.098	R\$277.756	R\$286.453
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$0	R\$8.658	R\$17.356

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

- Planos de Pensão: Não se aplica a companhia, pois não há planos de pensão.
- Ajuste de conversão a moeda estrangeira: Não se aplica a companhia, não há.
- Custo de recuperação ambiental: Não se aplica a companhia, não há.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

(a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grau de eficiência dos controles internos da companhia é adequado. São realizados inventários de estoques no decorrer do exercício. São revisadas as permissões de acessos dos usuários nos sistemas da companhia. Existe um sistema de monitoramento por câmeras nas áreas estratégicas da companhia. Todos os controles internos são testados sistematicamente pelos auditores.

(b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não existem deficiências e recomendações relevantes relatadas pelo auditor que possa prejudicar a análise das demonstrações contábeis.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não houve.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 22,7 milhões e foram realizados com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento, melhoria na gestão de processos e lançamento de novos produtos. São representados majoritariamente pela nova unidade de armazenamento e secagem na cidade de Dom Pedrito, com recursos do BNDES Cerealistas (6%aa fixa e 10 anos de prazo) em operação contratada em dezembro de 2014, cuja entrada em operação está prevista para o primeiro trimestre de 2016.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 867 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia pois não há outros fatores que não os descritos na seção.

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A. Participações
CNPJ n. 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

Companhia Aberta

Proposta de destinação do Lucro Líquido da Companhia

A administração da companhia propõe para Assembléia Geral Ordinária de 2016, em conformidade com Instrução CVM 481/2009, o que segue:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A administração propõe que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, disponibilizadas à CVM e acionistas em 24/03/2016.

2. Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia, em 31/12/2015 foi de R\$ 24.176 mil. Deste montante R\$ 1.209 mil serão destinados para Reserva Legal.

Em 2014, o lucro líquido foi de R\$ 20.530 mil e deste montante R\$ 1.027 mil foram destinados para Reserva Legal.

3. Dividendos

Regra sobre retenção de lucros:

Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.

Regra sobre distribuição de dividendos:

Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.

A administração propõe a distribuição de 30% (trinta por cento) do lucro líquido, conforme previsão estatutária da companhia. O montante dos dividendos propostos é de R\$ 6.890 mil. Os dividendos propostos correspondem a R\$650,29 por lote de mil ações ordinárias e R\$715,32 por lote de mil ações preferenciais. Em 2015, a Assembleia aprovou a distribuição de 30% (trinta por cento) do lucro líquido, conforme previsão estatutária da companhia. O montante dos dividendos

propostos fora de R\$5.851 mil, que correspondiam a R\$552,21 por lote de mil ações ordinárias e R\$607,43 por lote de mil ações preferenciais.

4. Data da declaração de pagamento dos Dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito a seu recebimento será:

- Data base acionária da distribuição será a data da realização da AGO.
- Data base acionária das negociações ex direitos será um dia útil posterior a data da realização da AGO.

5. Pagamento dos Dividendos

A proposta da administração é que os dividendos do exercício de 31/12/2015, após aprovados pela Assembléia Geral Ordinária, sejam pagos até o término do exercício social em curso (31/12/2016).

6. Incidência de atualização e juros sobre os dividendos

Os dividendos serão pagos no prazo acima, sem qualquer correção monetária e juros entre a data de sua aprovação e a data efetiva de pagamento.

7. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável, não houve no decorrer do exercício.

8. Outros dividendos diversos aos obrigatórios no exercício de 2013

Não aplicável, não houve no decorrer do exercício.

9. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	2015	2014	2013
Lucro líquido do exercício	R\$ 24.176 mil	R\$ 20.530 mil	R\$ 19.200 mil
Dividendos estatutários declarados AGO	R\$ 6.890 mil	R\$ 5.851 mil	R\$ 5.472 mil
Por ação ordinária – lote de mil	R\$ 650,29	R\$ 552,21	R\$ 516,44
Por ação preferencial – lote de mil	R\$ 715,32	R\$ 607,43	R\$ 568,08
Dividendos declarados AGE	-	-	-
Por ação ordinária – lote de mil	-	-	-
Por ação preferencial – lote de mil	-	-	-
Lucro destinado à Reserva Legal	R\$ 1.209 mil	R\$ 1.027 mil	R\$ 960 mil
Forma de cálculo da Reserva Legal	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social

10. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (regras de cálculo e distribuição):

Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado* de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.

*Lucro ajustado: após o cômputo dos 5% destinados à Reserva Legal

11. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim

12. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga.

13. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Informado na tabela do item 9

14. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Informado na tabela do item 9

15. Em relação ao dividendo obrigatório:

- **Forma de cálculo prevista no estatuto:** respondido pelo item 3
- **Informar se ele está sendo pago integralmente:** Sim
- **Informar o montante eventualmente retido:** respondido pelo item 9

16. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- **Informar o montante da retenção**
- **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**
- **Justificar a retenção dos dividendos**

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

17. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- **Identificar o montante destinado à reserva**

- **Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- **Explicar porque a perda foi considerada provável**
- **Justificar a constituição da reserva**

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

18. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**
- **Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**
- **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- **Identificar o montante destinado à reserva**
- **Descrever como o montante foi calculado**

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

19. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- **Identificar o montante da retenção**
- **Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital

20. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- **Informar o montante destinado à reserva**
- **Explicar a natureza da destinação**

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2015.

A administração propõe que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2016 seja fixada no montante global de até R\$ 13.000.000,00.

Eleição para os membros do Conselho de Administração

Os acionistas controladores informaram a administração da companhia que será proposto a Assembléia Geral Ordinária a eleição dos membros para o Conselho de Administração, a saber:

Lauro de Oliveira Lapa – Presidente do Conselho
Luciano Adures de Oliveira – Vice Presidente do Conselho
Augusto Lauro de Oliveira Júnior – Conselheiro
Ary Teixeira de Oliveira – Conselheiro
João Carlos de Oliveira Júnior – Conselheiro
Sérgio Martins de Oliveira – Conselheiro

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A. Participações
CNPJ n. 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

Companhia Aberta

Informações sobre candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal emissor, indicar:

Os acionistas controladores da Companhia informaram a administração da companhia que será proposto a Assembléia Geral Ordinária de 2016 a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração, a saber:

Para Presidente do Conselho

- Lauro de Oliveira Lapa

Para Vice Presidente

- Luciano Adures de Oliveira

Para Conselheiros:

- Ary Teixeira de Oliveira
- Augusto Lauro de Oliveira Junior
- Sérgio Martins de Oliveira

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica a companhia, não há outros comitês.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer qualificação

Para Presidente do Conselho de Administração:

LAURO DE OLIVEIRA LAPA, português, viúvo, comerciante, residente e domiciliado a Rua Lucas de Oliveira, 1.311, apto. 901, em Porto Alegre, RS,

portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro n.º W170705-R-SSP-RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.256.330-34;

Para Vice Presidente:

LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado a Rua Bagé, 1199, apto 401 em Porto Alegre, Carteira de Identidade n.º 1.008.026.674 SSP-RS, CPF n.º 400.874.250-68;

Para Conselheiros:

ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado a Rua Alexandre Gastaud, 83, em Pelotas, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 6.004.675.184, expedida pela SSP/RS e inscrito no CPF sob o n.º 007.257.060-15;

AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, Advogado, residente e domiciliado na Rua Luiza Mazetto Baggio, 120 apto 601, Curitiba, PR, Portador da Carteira de Identidade n.º 5.008.220.161 expedida pela SSP-RS e inscrito no CPF n.º 007.256.500-44;

SÉRGIO MARTINS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Pedro Ivo, 102, apto 501, em Porto Alegre, RS, portador da Carteira de Identidade n.º 1.004.088.360, expedida pela SSP-RS e inscritos no CPF n.º 237.291.630-00;

A companhia possui informação que as pessoas acima propostas para reeleição ao Conselho de Administração não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer as atividades mercantis.

Não constará no edital de convocação a eleição do conselho fiscal. Os Acionistas controladores informaram a administração da companhia que não irão solicitar sua instalação. Caso algum acionista minoritário exerça seu direito legal de solicitar sua instalação, os Acionistas controladores informaram que exercerão seu direito de indicar os respectivos membros.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:

- Todos os conselheiros indicados possuem entre si parentesco de 1º, 2º ou 3º grau.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantido, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administrador e emissor:

Não se aplica a companhia, pois não há relações de subordinação.

JOSAPAR Joaquim Oliveira S.A. Participações
CNPJ n. 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882

Companhia Aberta

**Informações sobre a Remuneração dos Administradores – Item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480
(Valores em Milhares de Reais)**

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Conselho de Administração

Apenas o presidente e um membro do Conselho de Administração possuem remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através da participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas. O programa de participações no

resultado é denominado PPLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembléia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

(ii) Qual a proporção de cada elemento da remuneração total

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembléia Geral Ordinária.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembléia Geral Ordinária.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referencias de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, onde são estabelecidas metas de atingimento de resultados.

(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração variável tem seus fundamentos atrelados a geração de valor para a companhia.

(f) Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

(g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado do exercício social de 2015 e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Exercício 2015 – em MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	5	4	3	12
Remuneração fixa anual				
- Honorários	402	2.367	39	2.808
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	6.605	N/A	6.605
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	402	8.972	39	9.413

Obs. (1) Na remuneração do Conselho de Administração apenas o presidente e um conselheiro possuem remuneração mensal fixa.

Previsão 2016	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	6	4	0	10
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 1.000	R\$ 4.200	0	R\$ 5.200
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	R\$ 7.800	N/A	R\$ 7.800
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 1.000	R\$ 12.000	N/A	R\$ 13.000

Obs. Caso for instalado o Conselho Fiscal a remuneração individual de cada membro deste órgão será de 10% da média da remuneração fixa da Diretoria.

13.3 Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

As condições e metas estipuladas no programa de participação nos lucros para o exercício de 2015 foram parcialmente alcançadas. Desta forma houve a apropriação de PPR para o exercício.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente, descrever:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração da companhia possuem participação direta de 2,90% e indireta de 20,31%.

Atualmente na Diretoria da companhia existem dois membros que também fazem parte do Conselho de Administração. A participação destes Diretores está informada na quantidade da participação dos membros do Conselho de Administração.

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há opções em aberto do CA e Diretoria.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas a remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

13.10 Em relação aos planos de previdência privada em vigor conferidos aos membros do conselho e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica a companhia, pois não há planos de previdência privada.

13.11 Em forma de tabela, indicar para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal. (valores em R\$)

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Numero de membros	2	4	3
Valor mínimo de remuneração individual	192.983,67	453.895,18	13.093,64
Valor máximo de remuneração individual	209.413,90	907.790,54	13.093,64
Valor médio de remuneração individual	201.198,78	680.842,77	13.093,64

Obs. Na remuneração do Conselho de Administração apenas o presidente e um conselheiro possuem remuneração mensal fixa. Conforme já descrito no item 13.1

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não se aplica a companhia, pois não há tais instrumentos.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica a companhia, pois os membros da administração não são caracterizados por partes relacionadas.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupando por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica a companhia, pois não há tais ocorrências.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros de conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não se aplica a companhia, pois não há tais ocorrências.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não é de nosso conhecimento nenhuma informação adicional que possa ser considerada relevante.